



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Com a escola ocupada aprendi muito mais:

encantamento e resistência secundarista

Camila Mendes Pinheiro

Karina Perin Ferraro

Como citar: PINHEIRO, C. M.; FERRARO, K. P. Com a escola ocupada aprendi muito mais: encantamento e resistência secundarista. *In:* PENITENTE, L. A. A.; MENDONÇA, S. G. de L.; MILLER, S. (org.). **As (contra)reformas na educação hoje**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 149-164.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-985-6.p149-164>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

COM A ESCOLA OCUPADA APRENDI MUITO MAIS¹: ENCANTAMENTO E RESISTÊNCIA SECUNDARISTA

Karina Perin Ferraro
Camila Mendes Pinheiro

INTRODUÇÃO

Nossa perspectiva analítica considera a totalidade história. Desta forma, não se trata apenas de constatar o fenômeno, mas a sua totalidade em processo, ou seja, seu desenvolvimento. Diante das centenas de ocupações ocorridas em 2016, com destaque para as escolas estaduais no estado do Paraná, consideramos necessário retomar o ano de 2015 no estado de São Paulo. Não afirmamos com isto que as ocupações são lineares consequências das ocupações de São Paulo, mas que os fundamentos que permitem existir este tipo de movimento são os mesmos, ainda que possuindo suas particularidades.

¹ Trecho de entrevista de um estudante (PSOA, 2015a, p.1).
<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-985-6.p149-164>

Nas últimas décadas, os estudos sobre participação dos estudantes na organização da escola e no movimento estudantil têm apontado para um modelo de participação na gestão da escola sempre tutelada, controlada e cerceada pelos docentes e diretores, dificultando a possibilidade de os estudantes protagonizarem sua participação e luta. (FERRARO; PINHEIRO, 2014; FERRARO, 2011; PINHEIRO; DAL RI, 2011).

Por meio de pesquisa empírica² constatamos que a denominada gestão democrática na escola estatal³ é formal, não atendendo aos reais anseios da classe trabalhadora. A gestão democrática estatal é conscientemente estruturada para que a participação contribua com os interesses do capital⁴. A participação dos estudantes na gestão, em geral, é apenas protocolar. Isso ocorre porque existe uma relação de poder coercitiva exercida pelo diretor e pelos professores e um currículo oculto, que faz parte da organização escolar, o qual ensina que a função do estudante é a de submissão (FERRARO, 2011, p. 14).

Conforme Enguita (1989, p. 173-174),

Dados o horário, o calendário e os períodos obrigatório e habitual de escolarização, esta perda do controle sobre o próprio processo de aprendizagem implica mais ou menos, durante o período de anos que se permanece na escola, colocar a metade da própria vida consciente à disposição de um poder alheio, o do professor e da organização que atua por seu intermédio. Durante este tempo não contam os interesses subjetivos nem a vontade do aluno, mas tão somente os supostos interesses da sociedade, cujo representante legítimo a esse respeito é a instituição escolar, e a vontade do professor.

Nesse sentido, gera-nos um encantamento visualizar a partir do mês de novembro de 2015, extensivo ao ano de 2016 no caso do Paraná, uma série de ações organizadas exclusivamente por estudantes da rede estatal de educação básica do Estado de São Paulo, em resposta ao que a mídia denominou Projeto de Reorganização Escolar, promulgada na forma de

² Realizada na cidade de Marília/SP sob orientação da Prof. Dra. Neusa Maria Dal Ri e desenvolvido no âmbito do GPOD (Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia), na Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília.

³ A denominação oficial é Rede Pública. Contudo, optamos por demarcar a educação escolar no modo de produção capitalista como uma instituição do Estado burguês, portanto, estatal.

⁴ Naquilo que tange a educação pública estatal. No âmbito privado, a legislação não regulamenta a gestão democrática do ensino.

Decreto n. 61.672/2015, sem discussão e em oposição aos atingidos por essa proposta: professores, estudantes e seus responsáveis. Nosso objetivo, portanto, é apresentar a atuação do movimento estudantil secundarista (MES) no processo de luta contra a Reforma da Educação Básica em 2015-2016.

Utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Suas etapas são: levantamento, leitura, fichamento, sistematização e análise (GIL, 2006). Centramos em materiais sobre a gestão democrática e o movimento estudantil. Além disso, uma fonte documental imprescindível foram as publicações de entidades estudantis, como a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), do Comando das Escolas Ocupadas, de publicações da mídia e de pesquisadores da área da educação que discutiam acerca do Projeto de Reorganização. A análise dos resultados é interpretativa, na qual buscamos compreender a essência do fenômeno para captar sua complexidade. Utilizamos as seguintes categorias de análise: totalidade, contradição, mediação e práxis.

MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA COMO MOVIMENTO SOCIAL

O movimento estudantil é conceituado na literatura (FORACCHI, 1965; ALBUQUERQUE, 1977; FÁVERO, 2009; SANTOS, 2010) como um movimento de caráter pequeno-burguês, pois além da origem de classe dos estudantes, em sua maioria da classe média, o teor de suas reivindicações é, muitas vezes, de cunho corporativista, visando quase sempre apenas seu futuro profissional. A origem de classe, portanto, é bastante elucidativa para compreensão dessa questão.

Tende a existir no seio do movimento estudantil duas tendências sociais predominantes: uma mais democrática, ligada aos setores explorados da sociedade, e outra ligada à reprodução dos interesses da burguesia. A concepção de participação e de educação e o teor das reivindicações serão permeados pela disputa dessas tendências no interior da organização.

Discordamos de Weffort (apud ALBUQUERQUE, 1977) quanto a desqualificar o movimento estudantil enquanto um tipo de movimen-

to social. O autor desconsidera que a luta pelo controle de seu trabalho é intrínseco ao ser social. Dessa forma, o autor desconsidera a particularidade que unifica os estudantes em torno de uma categoria de movimento social. O processo de formação que o estudante passa na vida escolar capitalista serve para que 1/3 de sua vida seja, a priori, decidida por outros.

Uma forma de conceber movimentos sociais é com ações socio-políticas construídas por sujeitos sociais coletivos, pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos setores da conjuntura socioeconômica e política de um país, ou de um determinado espaço, criando um campo político de força na sociedade civil (GOHN, 1997, p. 251-252).

O movimento estudantil durante 2015 trouxe alguns elementos que são característicos dos denominados novos movimentos sociais (NMS). Os NMS incorporam problemáticas que, ou não estão presentes, ou são pouco discutidas pelos movimentos tradicionais, como exemplo, o processo histórico de expropriação dos indígenas, a organização dos desempregados, dos sem-terra, etc. (DAL RI, 2009). No entanto, a principal característica dos novos movimentos sociais não é aquela dada pelas reivindicações ou temas que os movem, mas sim pela forma como se organizam e funcionam, ou seja, por meio da democracia direta e da horizontalidade na distribuição de poder.

Os novos movimentos sociais que vão emergindo na América Latina aparecem tomados por formas originais de organização e, na maioria das vezes, de modo espontâneo. Essas novas forças estão promovendo o princípio fundamental da prática democrática, recusando a hierarquia vertical, promovendo formas de cooperação e solidariedade, e resgatando valores e culturas esmagados pelo capital. (DAL RI, 2009, p. 1).

Consideramos que a forma como se organizaram os estudantes e o conteúdo de sua luta são reivindicações de um processo de luta contra a alienação social e do trabalho. Segundo Engels (MARX, 2011, p. 22),

Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez,

pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção.

As lutas estudantis pela democratização ocorreram nas universidades latino-americanas como um movimento próprio reivindicando democracia na gestão universitária e autonomia perante o poder religioso. Lutavam pela Reforma Universitária contra a hierarquia e o autoritarismo, contra um poder que controlava seu processo de formação.

Desde o primeiro movimento de Reforma, na Argentina, no início do século XX, é difícil apontar um período em que tal tema não tenha sido agitado em um ou vários países da América Latina. Ainda que seja possível identificar, na história do movimento estudantil, períodos em que o tema reaparece com toda a sua força e domina todos os outros, mesmo em surdina o tema da Reforma nunca desaparece. “[...]. Assim, os estudantes que identificam a Reforma à problemática da sociedade tenderão a organizar suas condutas a partir de uma correlação que estabelecem entre sua própria experiência, o futuro pessoal e o futuro da sociedade” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 77-78).

Nada é realmente espontâneo, apesar de ser em sua aparência. Toda luta política organizada é fruto de uma construção. Influenciada direta ou indiretamente, a formação e a experiência de luta são transmitidas às novas gerações. Antes da primeira luta universitária na América Latina, houve um Congresso Internacional de Estudantes Americanos em 1908, em Montevideú, Uruguai. Nesse congresso, os estudantes formularam reivindicações pela sua participação direta no governo da instituição e pela autonomia universitária. Esse Congresso foi fundamental para a construção de um ME de caráter latino-americano. Dele participaram mais de cem delegados de países latino-americanos e da Espanha (FERRARO, 2011). A história do movimento estudantil latino-americano expressa a sua particularidade histórica, de um capitalismo subalterno⁵ ao imperialismo internacional.

Com a progressiva universalização da educação escolar, os estudantes são oriundos de diferentes classes e frações de classe, com a predominância da pequena-burguesia. É compreensível a existência de duas

⁵ Questões apontadas por Florestan Fernandes (1973) daquilo que ele denomina capitalismo dependente e de Trotsky como desenvolvimento desigual e combinado (NOVACK, 1988).

tendências as quais a pequena-burguesia se dividia, pois como classe social, sua tendência é dividir-se entre as duas posições políticas defendidas pelas classes sociais predominantes. Entretanto, o movimento estudantil tem uma característica importante que é sua transição. Em geral, ser estudante é uma categoria temporal. Dessa forma, cada vez que se manifesta apresenta novos sujeitos fruto de sua época e que se mobilizam com características próprias. Nesse sentido, as pautas correspondem às questões latentes vivenciadas pela juventude naquela conjuntura.

O movimento estudantil em 2015 apresenta um novo dinamismo, que foi vitorioso em contestar a imposição do governo Alckmin.

RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO CONTRA O PROJETO DE REORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A partir da década de 1980, intensificam-se as reformas educacionais, por meio de acordos internacionais com organismos como o Banco Mundial e o FMI. Nesse sentido, a educação escolar projeta-se ideologicamente como mercadoria, sendo tratada como um negócio lucrativo a serviço do capital internacional. Isso pode ser verificado por meio da intensificação das parcerias público-privadas, das alterações curriculares voltadas especificamente para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo, dos sistemas de bônus e avaliações em larga escala, e dos sistemas de bolsas de estudos implementadas em alguns países da América Latina.

No caso específico do Brasil, as reformas educacionais conhecidas como neoliberais, ficam mais evidentes na década de 1990. Na educação básica, o eixo central foi o processo de municipalização, que resultou em convênios com redes indiretas de ensino para suprir a demanda de ampliação de vagas sob responsabilidade local. Outras mudanças que explicitam o caráter privatista e de intensificação e flexibilização do trabalho, podem ser observadas pelas mudanças nas formas de provimento ao cargo de professor e em seus planos de carreira, resultando em um intenso processo de precarização e proletarianização do trabalho docente.

O Projeto de Reorganização Escolar é o avanço da precarização da rede de educação básica estadual, pois, além da separação dos ciclos,

pretendia fechar 93 escolas e o ensino médio noturno⁶. O projeto implicaria fundamentalmente: demissões de professores; superlotação das salas de aula; precarização do trabalho de professores; fechamento de diretorias de ensino. Seriam atingidos cerca de 500 mil estudantes e 74 mil professores. Além disso, a precarização da educação implica a flexibilização curricular, que retira a obrigatoriedade de disciplinas. De acordo com Adoue (2015, p. 1), “[...] pretendem compatibilizar a gestão do sistema público de educação com o sistema privado do mesmo ramo. [...] à privatização de segmentos do sistema, como a formação de professores, oferta de disciplinas e cursos à distância, gestão escolar e outros”. Consideramos o Projeto como parte da Reforma da Educação Básica presente nas políticas implementadas, como a Escola Sem Partido e a Reforma do Ensino Médio.

A mobilização contra o projeto teve início com atos de ruas, pessoas abraçando as escolas e panfletagens organizadas por pouca participação de professores e APEOESP. Após um mês, em 9 de novembro, os estudantes na CEFAM Diadema deliberam por ocupar sua escola. Em duas semanas o movimento ascende para um total de 200 escolas ocupadas.

O anúncio da referida Secretaria declarava a necessidade de reagrupar as escolas separadas por ciclos para aumentar o rendimento dos alunos, assim como readequar a quantidade de vagas à diminuição da demanda. Conforme Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), muitos estudantes souberam da reorganização apenas no momento da rematrícula e passaram a questionar as medidas, denunciando a superlotação das salas de aula, e indignando-se com as transferências arbitrárias e o fechamento de escolas. (CATINI; MELLO, 2016, p. 1179).

A partir da Fernão Dias Paes foi articulado o Comando das Escolas Ocupadas. Para garantir a legitimidade do movimento, os estudantes elegiam 2 representantes em assembleias de escola para participar das reuniões. Contaram com o apoio da Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre (ANEL) e do coletivo Mal Educado, que trabalharam pela consolidação e expansão do comando⁷.

⁶ Contrariamente ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) que estabelece como meta 3 a universalização do Ensino Médio para o ano de 2016, a juventude trabalhadora paulista será impedida de conciliar trabalho e estudo. Por conseguinte, haverá mais estudantes precisando da EJA, aumentando uma demanda de modalidade de ensino que já está ausente de políticas estatais.

⁷ Entidades que atuaram no processo com maior participação: Juntos, Rua e ANEL.

É preciso discutir o papel que a APEOESP cumpriu nesse processo. É fato que houve professores que apoiaram as ocupações, e que o sindicato contribuiu financeiramente em algumas regiões. Porém, a categoria expressou-se como um setor de retaguarda, desacreditando e não construindo possibilidades de vitória. Essa descrença é fruto do acúmulo de derrotas e traições que a diretoria sindical do PT e do PCdoB executaram como direção do maior sindicato da América Latina. Como ocorrido em outros setores e lutas em 2015, os professores que mais participam fazem parte do setor de oposição à direção majoritária da APEOESP e fazem a luta por fora das direções.

Os familiares se organizaram pelo Comitê de Mães e Pais em Luta para participar das ocupações ao lado de seus filhos. Ainda, jornalistas, professores, artistas e trabalhadores em geral, organizaram-se com os estudantes como rede de apoio, por meio das redes sociais e aplicativos de celular. Os trabalhadores criaram uma rede de solidariedade e apoio em tempo real, divulgando as necessidades das escolas e contribuindo materialmente – com alimentos, cobertores e colchões –, moralmente e politicamente, inclusive com suporte jurídico, com a ascensão do movimento.

ORGANIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

Quando os estudantes se tornam conscientes de sua necessidade imediata, isto é, a consciência de que a reorganização é uma imposição do governo estadual que prejudica sua vida escolar e se dispõem a lutar, estão lutando pelo seu direito de participar da gestão da escola e de seu projeto pedagógico, como é estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394 (BRASIL, 1996). Entretanto, eles avançam para criar um instrumento de organização e luta que funcione e atenda suas reais necessidades, diferente do que historicamente ocorre nos Conselhos de Escola das escolas estatais.

O funcionamento das ocupações foi noticiado pela mídia e reportagens de excelente qualidade foram produzidas⁸. Além disso, fomos testemunhas da realidade das escolas ocupadas em Marília e São Paulo.

⁸ Para ilustrar, funcionários do jornal Folha de S. Paulo confirmaram à Fórum que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) visitou a redação do jornal no dia 2 de dezembro de 2015, acompanhado da assessora de imprensa do governo e, poucas horas depois, uma reportagem em vídeo sobre ocupações de estudantes contra a reorganização escolar foi tirada do ar. (FORUM, 2015).

Pudemos verificar, assim como aponta PSOA (2015a), um impressionante grau de organização dos estudantes, com idade entre 12 e 17 anos. Em sua maioria, via-se meninas, organizando e tomando a frente das ocupações. As tarefas foram divididas em comissões, como já é historicamente consolidado nessa tática, e as deliberações por assembleias.

Na primeira escola ocupada em Diadema, os estudantes se organizaram por comissões: segurança, limpeza, cozinha e mídia. “Decidimos tudo em assembleia. Nela debatemos as divergências e votamos. A proposta mais votada ganha” (PSOA, 2015a, p.1) explicam.

Educação pela e para a luta é a tese que defendemos e foi provada pela realidade. Adolescentes pela primeira vez estão tendo uma experiência de educação na qual se reconhecem como sujeitos do processo, um reconhecimento de si mesmos através das ações coletivas e um aprendizado que levarão para toda a vida. Como afirmou um estudante (PSOA, 2015a, p.1), “hoje nós temos outra escola, hoje eu sinto prazer em vir à escola. Com a escola ocupada, eu aprendi muito mais. Todos os dias, têm palestras e aulas aqui. Teve palestra de política, filosofia, violência contra a mulher, arte”.

A experiência vivida nessa luta fez levantar a juventude negra e periférica, cada vez mais consciente de sua exploração e opressão. A consequência dessa luta é apresentada pela Fernão Dias Paes, que após as ocupações serem encerradas, a direção, o corpo docente, os pais, os estudantes e os funcionários no mês de janeiro discutiram coletivamente a reposição de aulas e a apropriação do espaço escolar, divulgando uma programação construída coletivamente, que visa suprir parte da pauta estudantil.

A repressão foi descentralizada. Em escolas visadas pela imprensa por se encontrarem em bairros da elite paulistana como a Caetano de Campos, Fernão Dias Paes e Alves Cruz, a repressão foi mais amena e os estudantes permaneceram em segurança. Entretanto, há relatos de escolas nas regiões do Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Jaguará em que a violência, a falta de segurança e a repressão foram intensas. “Toda noite, vem carro de polícia aqui na frente intimidar os alunos. Eles também anotam as placas dos carros que estão aqui dentro. Votamos em assembleia, vamos lutar e resistir até o fim. Nem que tenha de enfrentar a polícia”. (Iuri apud PSOA, 2015a, p. 1).

Sordi e Morais (2016, p. 31) afirmam que desde 2013, os jovens nas jornadas de junho cobram a mudança na utilização de termos divulgados pela mídia, como *ocupação* ao invés de *invasão*, *comando/representação/porta-vozes* ao invés de *liderança* e *massacre/repressão* ao invés de *confronto*.

Sejam os coerentes: a polícia reprime manifestantes. E não entra em confronto com eles. [...]. Estudantes só conseguem, no máximo, correr dela. Isso quando as tiras das havaianas não soltam no meio do caminho. [...]. Mas nós já não podemos ignorar a grande diferença entre confrontar e reprimir. (ROSSI, 2015, p. 1).

É possível perceber que a ocupação se tornou a razão de viver desses jovens, os conflitos com familiares foram intensos e em diversas ocasiões a direção da escola se mostrou apoiadora como forma de conter os jovens e cooptá-los para o fim das ocupações. Para Paro (1997), o diretor em última instância é um pré-posto do Estado.

Pelo grau de precariedade das regiões em que algumas escolas se localizam, sofreram saques, invasões e algumas foram desocupadas por conta da milícia local que não queria imprensa e televisão na região. Essas contradições explicitam a desigualdade e complexidade da rede de ensino paulista e a emergência da luta.

O GOVERNO ENTRA EM GUERRA E A JUVENTUDE VENCE!

Nós estamos no meio de uma guerra e temos que nos preparar para continuar enfrentando. Eventualmente, a gente perde algumas batalhas, mas temos que ganhar a guerra final. A gente tem que, de um lado, desqualificar o movimento. Tem um grupo de fora, com jovens fazendo essa guerra da ação. Qual o nosso melhor instrumento? A informação! (PADULA apud PSOA, 2015b).

Em reunião no dia 29 de novembro, na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, vazou um áudio de Fernando Padula Novaes, braço direito do então secretário de Educação de São Paulo, Herman Voorwald. Nesta reunião estavam cerca de 40 diretores de ensino e a Secretaria de Segurança Pública.

Um dia depois, o plano do governador e de seu secretário foi colocado em prática. A TV Globo fez uma reportagem chamando os estudantes de vândalos, tentando desqualificar o movimento. Mostrou uma suposta depredação realizada por estudantes na Cel. Sampaio, mas a farsa foi logo desmontada. Os estudantes denunciaram que pessoas desconhecidas invadiram a escola e começaram a queimar livros didáticos e roubar computadores. Vale ressaltar que a polícia chegou ao local, mas não impediu a ação dos que estavam depredando.

Em 1 de dezembro, o governo do estado publicou o Decreto 61.672, contrariando os interesses de estudantes, seus responsáveis e professores. Ainda, intensificou sua guerra contra as escolas ocupadas. A Polícia Militar invadiu escolas, provocando, agredindo, prendendo estudantes e forjando cenas de destruição das escolas para criminalizar a luta. A resposta foi sua intensificação, isto é, manifestações e ocupações de importantes avenidas do estado foram convocadas e massificadas pelos estudantes.

Os estudantes chegaram a fechar 15 avenidas ao mesmo tempo. A repressão aumenta, com agressões e detenções de estudantes. Há um ineditismo das ações do movimento estudantil, pelo caráter transgressor e de ampliação do território de ação, pois em decorrência da repressão policial foi mais tático fechar um grande número de avenidas em pontos diferentes da cidade.

No dia 4 de dezembro a heroica resistência dos estudantes obrigou o governador a recuar. O governo, por meio de uma publicação no Diário Oficial, revogou o decreto que dava início ao fechamento imediato de 93 escolas e o remanejamento de milhares de estudantes. Ao mesmo tempo, também foi anunciada a demissão do secretário estadual de educação, Herman Voorwald. Nesta data, os estudantes organizaram atos em diferentes bairros da cidade de São Paulo, com fechamento de várias avenidas importantes.

O MES avançou na pauta principal, contra o projeto de reorganização escolar, que foi, no mínimo, suspenso⁹. Em 9 de dezembro, um mês após a primeira ocupação, o MES demonstrou seu mais alto grau de força de mobilização, com cerca de 15 mil pessoas em um ato. Conquistou

⁹ Entretanto, o governador segue tentando aplicar seu projeto de forma fragmentada, como pode ser observado no início do ano letivo desde 2016, pelo fechamento de turmas e aumento do número de estudantes por sala de aula.

um enorme apoio dos trabalhadores, de artistas e personalidades de todo o Brasil e até de outros países.

Já podemos afirmar que são vitoriosos porque pela primeira vez no último período a forma de luta da classe foi capaz de desgastar o governo Alckmin frente a um setor amplo, que o fez perder a pesquisa de opinião pública, na qual mais de 60% dos entrevistados se declararam contra o projeto de reorganização. Foi pelo amplo apoio da classe trabalhadora que crianças e adolescentes derrotaram na Justiça as tentativas de reintegração de posse durante o processo.

Durante a luta contra o Projeto, os estudantes se esbarram na seguinte problemática: se o ataque continuar, quem aplica? Dessa forma, uma pauta que foi formulada pelo Comando das Escolas Ocupadas é sobre a eleição para diretorias de Ensino. Atualmente, esse cargo tem o poder de definir quais escolas e salas de aula serão fechadas e para quais escolas serão matriculados os novos estudantes. A maioria deles, senão todos, é indicado pelo governador ou pelo secretário de Educação, isto é, são cargos de confiança que existem para garantir que os planos do governo sejam aplicados.

A mobilização paulista ascendeu a luta secundarista para o estado de Goiás. As escolas goianas foram ocupadas contra a militarização e a terceirização da gestão de 25% da rede estatal. A resposta do Governo Marconi (PSDB) foi a repressão e a criminalização do movimento, sitiando os estudantes com a PM. Além disso, encontrou solidariedade internacional. A escola Virgílio ocupada em Roma, Itália, contra a reforma educacional imposta pelo governo, enviou por meio de estudantes italianos uma mensagem de solidariedade, demonstrando que o ataque à educação ocorre em nível internacional e é um dado que comprova a tese de Silver (2005) acerca do avanço do capital com a mercantilização da educação mundial na atual conjuntura.

Logo depois, as ocupações se encerram. Porém, o essencial é que o avanço da consciência continue e amadureça para as próximas lutas. Em algumas escolas, a discussão sobre pautas mais avançadas foram colocadas, debatidas e aprovadas, como autogestão, currículo de acordo com as necessidades e demandas estudantis, fim do vestibular. A luta de-

monstrou sua comprovação para o avanço da consciência da juventude da classe trabalhadora.

CONCLUSÃO

A reorganização escolar faz parte da Reforma da Educação Básica, junto à privatização da Sabesp e do Metrô em São Paulo, ao congelamento dos concursos públicos e dos salários dos servidores e ao desmonte das universidades estaduais paulistas. São todos ataques que visam fazer o governo cortar gastos para diminuir a dívida do estado com a União e privatizar segmentos da educação estatal.

O atual governo federal tem implementado o ajuste fiscal por meio da reforma trabalhista e da previdência, que visam cortar direitos historicamente conquistados para superexplorar a classe trabalhadora, utilizando a retórica do desenvolvimento.

Enquanto os governos precarizam e privatizam a educação e os direitos sociais, como habitação e saúde, realizam isenções fiscais e empréstimos baratos para as grandes empresas. No estado do Paraná, o governador Beto Richa segue a mesma política do PSDB em São Paulo, isto é, fundamentos de precarização disfarçados por peças publicitárias. Em 2016 essa política se mostrou insustentável, como foi demonstrando o movimento de ocupação por todo país.

No estado que constrói mais prisões do que escolas, não há dúvida que há uma ligação entre todos os governos para atacar os direitos da classe trabalhadora. Na contramão, está a juventude periférica utilizando os meios necessários para lutar por educação de qualidade e condições de vida para sua própria geração.

Compreendemos que é durante os processos de luta que surge a vanguarda das próximas lutas da classe, e essa luta demonstra a disposição de luta da juventude. Como afirma Trotsky (1938, p. 1) “adquirir conhecimento e experiência e ao mesmo tempo não dissipar o espírito lutador, o auto sacrifício revolucionário e a disposição de ir até o final, esta é a tarefa da educação e da autoeducação da juventude revolucionária”.

REFERÊNCIAS

- ADOUE, S. B. A reestruturação do ensino e o Tratado Internacional de Comércio de Serviços. *Brasil de Fato*, nov. 2015. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/33368>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- ALBURQUERQUE, J. A. G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BRASIL. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, 2014.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. *Lei n. 9.394 de 1996*. Dispõe sobre a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado, 1996.
- CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. Escolas de luta, educação política, *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out.dez., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01177.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- DAL RI, N. M. *Movimentos sociais na América Latina e gestão democrática da educação*. Marília: UNESP, 2009.
- ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FÁVERO, M. L. A. *A UNE em termos de autoritarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FERRARO, K. P. *Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia universitária*. 2011. Dissertação. (Mestrado em educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília. 2011.
- FERRARO, K. P.; PINHEIRO, C. M. Ensaio sobre a democratização da educação e a gestão democrática da escola pública estatal. In: JORNADA PEDAGÓGICA, 15., 2014, Marília. *Anais...* Marília: Oficina Universitária, 2014. p. 1-15.
- FORACCHI, M. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- FORUM. *Podemos tirar, se achar melhor*: folha retira vídeo de ocupações de estudantes do ar após visita de Alckmin. 3 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/12/podemos-tirar-se-achar-melhor-folha-retira-video-de-ocupacoes-de-estudantes-do-ar-apos-visita-de-alkmin>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NOVACK, G. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. São Paulo: Rabisco, 1988.
- PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997.
- PINHEIRO, C. M.; DAL RI, N. M. Gestão democrática na escola pública de Marília: a participação discente no conselho de escola. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 22., 2011, Marília. *Anais...* Marília, 2011.
- PSOA, V. *Com a escola ocupada, aprendi muito mais*. PSTU, 14 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/21847>>. Acesso em: 20 dez. 2015a.
- _____. *Estudantes dão a letra em São Paulo*. PSTU, 15 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/21849>>. Acesso em: 20 dez. 2015b.
- ROSSI, M. Não é confronto, é repressão. *El País: Brasil*, 2 dez. 2015. Disponível em: <www.brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/opinion/1449066005_159828.html>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- SANTOS, J. S. *A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70*. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
- SILVER, B. J. *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SORDI, D. N.; MORAIS, S. P. Os estudantes estão famintos: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. *Religión*, v. 1, n. 2, p. 25-43, jun. 2016,
- TROTSKY, L. *Uma Carta à Juventude*, 1938. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/mes/carta.html>>. Acesso em 10 dez. 2015.